

¹ Este artigo originou-se do *Relatório de identificação e delimitação da comunidade remanescente de quilombos de Brejo dos Crioulos*, produzido através de convênio entre a Fundação Cultural Palmares/MinC e o PNUD, em 2004.

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a comunidade negra e camponesa de Brejo dos Crioulos em seu ambiente e saberes. Situada na “Mata da Jaíba”, no sertão Norte de Minas Gerais, espaço ritmado pelas cheias e vazantes, esta comunidade construiu saberes diversos a partir dos usos que fazia do meio. Passou a vivenciar um processo de expropriação trazido pela “Divisão de 1930” e continuado na década de 1940, com a chegada de fazendeiros de gado e projetos governamentais de desenvolvimento. No momento atual, Brejo dos Crioulos é reconhecida como “comunidade remanescente de quilombos” e adquire o direito ao território. Produzir a visibilidade de seus saberes constitui mais um elemento na afirmação deste direito.

Abstract

This article has as objective to present the black peasant's community of the Brejo dos Crioulos in your environment and wisdoms. Situated in “Mata da Jaíba”, in hinterland north of Minas Gerais, space in the rhythm for the floods and low damps grounds, this community constructed diverse wisdoms derived from the uses that made of the environment. It started to live deeply a expropriates' process brought for “Divisão de 1930” and continued in decade of 1940, with the arrival of cattle farmers and development governmental projects. At the current moment, Brejo dos Crioulos is recognized as “community remaining of quilombos” and acquires the right of conquer again the territory. To produce the visibility of its wisdoms constitute plus an element in affirmation of this right.

sibatista@hotmail.com

Palavras-chave campesinato negro; saberes tradicionais; quilombo; território.

Keywords black peasant; traditional wisdom; “quilombo”; territory.

Entre histórias e causos

Causo é causo; a história não é caso certo, ouviu dizer.

(Seu Canuto, 78 anos, morador do núcleo de Furado Modesto)

Brejo dos Crioulos é uma comunidade negra camponesa do sertão norte de Minas Gerais, situada às margens do Arapuim, afluente do rio Verde Grande, que por sua vez se encontra à margem direita do Médio São Francisco. Atualmente, a comunidade é reconhecida como “remanescente de quilombos” e, como tal, adquire o direito de reapropriação de seu território.² Resgatar seus “causos” e saberes tradicionais, elaborados na relação direta com a natureza, torna-se fundamental para a afirmação desse território.

Segundo João Batista da Costa (1999), as matas do vale do rio Verde Grande abrigavam um campo negro, ou seja, um conjunto de agrupamentos negros “aquilombados” nas margens de lagoas e rios desse vale e que ali se instalaram por meio de formas de reprodução social alternativas ao sistema escravocrata. Nesse sentido, esse espaço apropriado para a reprodução da existência material, simbólica e afetiva desses grupos configurava um *território*.

Regionalmente, essas matas eram denominadas “Mata da Jaíba” e apresentavam condições propícias ao aquilombamento dessa população negra – a “invisibilidade” permanente de um lugar marginal aos interesses econômicos da Coroa e as condições ambientais favoráveis à incidência da malária, das quais se teve notícia em fins do século XVII, com o início da demarcação territorial da Coroa Portuguesa e das repressões a essa população, juntamente com a escravização de indígenas. Essa memória de “terra dos tapuia” está presente nos relatos de alguns moradores mais antigos de Brejo dos Crioulos, sendo reforçada pelas peças de barro ali encontradas.

Conta-se que muitos dos que chegaram em Brejo dos Crioulos vieram da região de Gorutuba, mais ao norte, à margem direita do rio Verde Grande, fugindo dos períodos de seca e fome. Nas suas origens, a sustentação da vida girava ao redor das atividades de subsistência das roças, guiadas pelos períodos das águas e do rebaixamento delas – arroz, milho, feijão, cana, mandioca e algodão –, da criação extensiva de animais, da pesca nas lagoas e ribeirão, da caça nas matas, além da produção de rapadura, cachaça, farinha de milho e de mandioca e tecidos. O médio vale do Arapuim apresentava-lhes condições para ali se estabelecerem: a garantia de água do rio e lagoas, as matas, a ausência de propriedade privada da terra e o isolamento garantido pela malária ou “sezão”, que “o negro sentia, mas dela não morria” (Francisco Cordeiro Barbosa, 38 anos, morador do núcleo de Araruba).

As famílias estabeleciam-se no entorno do vale do Arapuim, onde as terras eram mais férteis. A conformação do território de Brejo dos Crioulos obedeceu a essa lógica da fertilidade da terra e produtividade. Conta-se que a produtividade ao redor do vale era tanta, que sobrava grande excedente para ser comercializado.

A terra era “solta”, ou seja, não era propriedade particular de ninguém. Seu Joaquim Pereira Lima, de 70 anos, conta que, “de primeiro, tinha que respeitar a frente e o fundo da

² No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a Constituição Brasileira de 1988 reconheceu aos “remanescentes das comunidades de quilombos” a “propriedade definitiva” das terras que estejam ocupando. Até 2003, cabia à Fundação Cultural Palmares a tarefa de reconhecimento, identificação e delimitação dessas terras por meio de estudos técnicos. O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, determinou que a caracterização dos “remanescentes de quilombos” fosse atestada mediante a autodefinição da própria comunidade e transferiu a tarefa de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

terra [o ribeirão e a cabeceira]; não tinha esse negócio de comprar terra: era apossamento”. Segundo Alfredo Wagner B. Almeida (1987, p. 44), esse tipo de apropriação da terra configura a *posse comum*, onde se delineiam domínios

que não pertencem individualmente a nenhum grupo familiar e que são vitais para a sobrevivência do conjunto de unidades familiares, tais como: cocais, babaçuais, fontes d’água, igarapés, pastagens naturais e reservas de mata, de onde os camponeses retiram palha, talos, lenha para combustível, madeiras para construções, murtas e outras espécies vegetais utilizadas em cerimônias religiosas ou de propriedades medicinais reconhecidas.

A partir da década de 1930, uma nova lógica de valorização da terra passou a ser imposta, sob aval e incentivo do Estado. A “Divisão de 1930” constitui um marco temporal entre os tempos da “terra solta” e os tempos da terra-mercadoria. Instituído a mudança na forma de valorização da terra – de terra comunal, de reprodução da vida, para propriedade privada, demarcada pelas cercas particulares –, a Divisão concretizou o início do processo de expropriações que o território de Brejo dos Crioulos passou a sofrer.

Segundo alguns moradores mais antigos, em Brejo dos Crioulos era tudo “terra de ausência” e “não tinha esse negócio de fazendeiro nem cerca”: “Era em comum, todo mundo vivia tranquilo”. Depois, vieram os “agrimensores” de fora, que viram todas as terras sem dono e sem documento e disseram para os moradores que eles tinham de comprá-las, ter um documento delas, porque senão poderiam perdê-las: “para quem não acompanhasse a Divisão, viria o tempo de ser despejado da localidade”. Assim, aqueles que eram os “donos” da terra através da apropriação e do uso passaram a ter de pagar por ela aos que chegavam com o olhar de mercado.

Nesse momento, iniciava-se a divisão da terra de uso comum em propriedades particulares: no município de Varzelândia, o agrimensor era Augusto de Andrade, e toda a terra da comunidade ao norte do Arapuim foi denominada Fazenda Arapuá; no município de São João da Ponte, o agrimensor era Juca Miro, e as terras ao sul do Arapuim foram denominadas Fazenda Morro Preto. Os agrimensores punham os marcos na terra – como o Marco do Cedro, que passou a ser referência da demarcação da cabeceira das terras no município de Varzelândia, e o Marco do Vaquetão, na cabeceira das terras no município de São João da Ponte – e, no Cartório de Brasília de Minas, faziam o documento. Os moradores de Brejo dos Crioulos que tinham algum recurso “acompanharam a Divisão” das terras em troca do pagamento em boi, arroz etc. A partir daí, transformaram-se em novos proprietários particulares das terras demarcadas, que chegavam a 40 alqueires (cada um medindo 80 hectares). Os que não possuíam recursos ficavam nas então “terras de ausência”, aquelas que não tinham dono.

A partir da década de 1940, essa região passou a ser inserida no processo de modernização e desenvolvimento ditado pelo Estado, através da construção da estrada de ferro no vale do rio Verde Grande, ligando o Centro-Sul ao Nordeste, pelo sertão norte de Minas Gerais e interior da Bahia. A mata aí existente começou a ser derrubada para fornecimento de dormentes dos trilhos, lenha para o funcionamento das marias-fumacas e comércio de madeira de lei para Montes Claros e Belo Horizonte.

Em 1956, a exploração madeireira para a construção da ferrovia chegou em Brejo dos Crioulos (COSTA, 1999), que ainda apresentava grandes extensões de matas nas encostas do vale do Arapuim. Com isso, quebrava-se o isolamento da comunidade, abrindo-se caminho, com picadas e estradas, para os futuros “chegantes”, os fazendeiros.

Na mesma época, o Estado iniciou outra ação na região, através da SUCAM, para o extermínio do mosquito transmissor da malária e do barbeiro, causador da doença de Chagas. Moradores locais relatam que na época em que as águas passavam a diminuir, com o cessar das chuvas, a maleita chegava, trazendo febre, falta de apetite, fraqueza e muitas mortes – “branco não agüentava”. A maleita só acabou depois que a SUCAM ali chegou.

Desinfectada e com acesso aberto através das estradas oriundas da exploração madeireira, toda a região do vale do rio Verde Grande passou, então, a significar possibilidades concretas de acumulação de capital. A ação sanitária da SUCAM para extermínio da malária foi seguida, na década de 1960, pelas ações da então criada Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A política de incentivos fiscais do governo federal militar passou a liberar recursos para projetos de modernização da estrutura produtiva, como irrigação, industrialização de cidades regionais e outros investimentos em antigos latifúndios, agora transformados em modernas empresas rurais nascidas com o Estatuto da Terra (1964).

Com a visibilidade adquirida pela região, as terras da comunidade passaram a ser coibidas por fazendeiros. A abertura da região à valorização mercantilista da terra trouxe profundas alterações ao território de Brejo dos Crioulos. Iniciava-se assim a segunda expropriação do antigo território comunal, através da venda de terras às classes abastadas de Montes Claros, que ali passaram a estender seus latifúndios de gado.

Mesmo os moradores que haviam “acompanhado a Divisão”, ou seja, que haviam adquirido suas terras, passaram a sofrer ameaças de grileiros e jagunços. Muitos abandonaram suas terras após anos de perseguição. Outros sumiram silenciosamente, assassinados na calada da noite, nas trilhas e caminhos. Outros, ainda, foram forçados ou seduzidos a vender suas terras. Alguns relatos revelam a violência desse processo:

Caetana – [...] aí mamãe foi no curral, tirou o leite, chegou, pôs a panela de abóbora no fogo, os pedaço, pra ela dá a nós, era tudo pequeno, pra dá a nós o leite com a abóbora. Aí eles chegou com os cavalo na beira da cerca, tinha uma cerca de lasca assim, ó. Aí eles chegou no cavalo, perguntando por papai, e mamãe falou que papai num tava lá. Nós saiu caçando as roupa de papai, nós escondeu a roupa de papai. Aí foi obrigado mamãe, eles chegou tudo armado, na frente da casa, aí foi obrigado mamãe apanhar a panela de leite, a panela de abóbora e o leite, e sair correndo, pra num falar onde papai tava. Aí, chegou lá, mamãe falou: vai, os menino, pôr água pr’os porco. Quando nós chegou cá, era tudo assim pequeno, assim, quando nós chegou cá, num tinha uma teia em cima da casa, eles já tinha tirado as teia da casa tudo; o milho colhido, que mamãe tinha colhido e que era pra nós comer, eles já tinha comido tudo; cozinhô ovo de galinha e comeu; lá, o que mamãe deixô lá, que era rapadura, essas coisa, já tinha comido tudo!

– E foi depois disso que vocês saíram da terra?

Dona Elizarda – Foi três anos, três anos!

Caetana – Depois disso, ainda, bataiou muito ainda! Depois que eles desmantelou essa casa, mamãe tornou a fazer outra casa, mudou de lugar e fez outra casa! Desse pedaço daqui pra cá, eles tomou, a casa aqui, eles passou a cerca aqui, a casa que eles desmantelou, ficou daqui. Mamãe veio, na beira da cerca que eles fez, mamãe tornou a fazer outra casa na beira da divisa.

– Eles foram empurrando a cerca...

Caetana – Foi empurrando, foi empurrando...

(Dona Elizarda Pinheiro de Abreu, 83 anos, e sua filha Caetana, moradoras do núcleo de Araruba; 02/05/04)

As alterações referentes à apropriação privada do território comum também podem ser verificadas na degradação do meio natural. Assim, a divisão das terras e a sua transformação em mercadoria combinaram-se à derrubada das florestas, às barragens e aos projetos de irrigação, que também passaram a inviabilizar a reprodução da comunidade tradicional. Sob a ótica do capital, o uso do meio tem a intenção da acumulação de riquezas, e assim as largas extensões de pastagens, mais do que o rebanho, concretizam o monopólio da terra nas mãos de poucos e a impossibilidade de reprodução da vida para muitos.

Atualmente, a reprodução material e social de Brejo dos Crioulos gira em torno da escassa produção alimentar de subsistência, uma vez que as terras férteis disponíveis são poucas, acompanhada pelo fornecimento da força de trabalho para a agropecuária nacional e regional, através de migrações permanentes e temporárias. A elucidação de seus saberes tradicionais traz elementos que reforçam sua identidade sobre o território e projetam possibilidades outras de existência.

Brejo dos Crioulos: território camponês

A terra deixada pelos mais velhos como herança constitui o patrimônio a ser transmitido às novas gerações. O trabalho da família sobre a terra tem como prioridade a reprodução da existência material, simbólica e afetiva de toda a comunidade, estabelecida sobre fortes vínculos de parentesco e valores de reciprocidade, que constituem traços da *campesinidade* do grupo, nos dizeres de Klaas Woortmann (1990, p. 63):

Pensar trabalho é pensar terra e família; [...] Não são pensadas separadamente porque são categorias de um universo concebido holisticamente. Por outro lado, [...] honra, reciprocidade e hierarquia também não se pensam separadamente; são conceitos teóricos que se interpenetram na constituição da ordem moral que chamo campesinidade.

A comunidade negra camponesa de Brejo dos Crioulos agrega cerca de 500 famílias, distribuídas territorialmente em núcleos – Araruba, Arapuim, Cabaceiros, Conrado, Furado Seco, Serra d'Água, Furado Modesto e Caxambu – atualmente cercados pelas grandes fazendas de gado e localizados nos municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia.

Nascido da doação de terra a Santo Reis feita por Leopoldo Fernandes de Sousa e Mané Novo, o núcleo de Araruba caracteriza-se como “terra de santo” e, como tal, não

foi totalmente expropriado, o que permitiu que os moradores que perdiam suas terras fossem ali morar. Atualmente seus moradores somam 63 famílias, muitas das quais foram expulsas dos antigos espólios oriundos da “Divisão”, que se estendiam do vale do Arapuim aos divisores de água. Caracteriza-se como núcleo central da comunidade, onde se localizam a Igreja e a Casa de Santo Reis, local de realização da Folia de Reis. Araruba possui as menores áreas para cultivo, limitando-se estas muitas vezes aos quintais e a alguns trechos às margens da Lagoa da Peroba.

Caxambu foi dividido pelos poderes municipais em duas áreas, a partir do vale do rio Arapuim. Caxambu 1 localiza-se no município de Varzelândia, ao norte do rio Arapuim, onde vivem 40 famílias. Atualmente, as terras oriundas dos antigos espólios são as de Santo Ferreira de Sousa e Prastide Cardoso de Oliveira, além das “terras de ausência”, ou seja, as que não foram requeridas. Grande parte dos espólios adquiridos na “Divisão” foi tomada por fazendeiros de gado, que hoje são seus confrontantes. Um outro confrontante de Caxambu 1 é o Paraterra, um assentamento do INCRA com 135 alqueires, onde se encontram 35 famílias assentadas, dentre elas duas oriundas da comunidade. Caxambu 2 localiza-se ao sul do rio Arapuim e do ribeirão Canabrabal ou Assa-Peixe, no município de São João da Ponte, e confronta-se com fazendas de gado e com o Paraterra. Das terras não expropriadas, restam hoje os espólios de Domingos Dias e Menegídio Barbosa de Jesus, onde vivem 28 famílias.

Furado Seco conta com 80 famílias, que ainda vivem nos espólios de José Fernandes da Silva, Bibiano Oliveira e Alexandre Antunes Pereira, atualmente cercados por fazendas de gado. Nesse núcleo, cujo padroeiro é São Benedito, está presente a memória acerca de dois antigos moradores que foram assassinados pelos grileiros e fazendeiros que ali chegaram. Seu Levino Pinheiro de Abreu morreu após tomar um suposto “remédio” dado por jagunços para acabar com uma febre. Em seguida, sua esposa e seus filhos tiveram de ir morar nas “terras de ausência” de Furado Modesto. Segundo relatos, Dona Lorença Ana de Jesus, esposa de Alexandre Antunes Pereira, foi assassinada após a morte de seu marido, e seu corpo, jogado na Lagoa Amarela.

Conrado situa-se num único espólio, de Conrado Pereira da Silva, que possuía 15 alqueires de terra (“alqueirinho”, de 4,8 hectares) e hoje conta com apenas 5 alqueires, onde vivem 22 famílias. Atualmente, é circundado por fazendas de gado, e em uma delas ainda se encontra uma antiga moradora do Conrado, dona Maria Helena, que não saiu da terra e hoje está cercada pelo pasto.

Cabaceiros soma 80 famílias, distribuídas pelos espólios de Belarmino de Oliveira Neto, Santo Fernandes de Sousa, Henrique Pereira da Silva, Aleixa Rodrigues de Castro e Pantaleão Fernandes de Sousa, localizados entre as margens do rio Arapuim e o córrego São Vicente, em alguns trechos, até o Marco do Cedro, em outros. No interior de Cabaceiros vive a família de um fazendeiro de gado que ali grilou terras, cujo filho é vereador em Varzelândia; outros fazendeiros cercam o núcleo.

Arapuim é um núcleo onde as moradias estão mais espalhadas. As 29 famílias que ali vivem estão situadas nos espólios de Ambrósio Pereira da Silva, Adriano Soares de Aguiar, Calixto Ferreira de Oliveira, Firmiano de Oliveira Neto e Augusto Fernandes de

Sousa. Vinte e duas dessas famílias encontram-se no município de São João da Ponte; as restantes estão no município de Varzelândia. Atualmente, vivem cercadas ou divididas pelas fazendas de gado.

Serra d'Água situa-se às margens do córrego São Vicente, aos fundos dos espólios de João da Silva Caldas, Antônio Fernandes de Sousa, Santo Fernandes de Sousa e Henrique Pereira da Silva, que fronteiam o rio Arapuim. Seus moradores, distribuídos em 20 famílias, são herdeiros dos “véios” que “acompanharam a divisão” mas perderam suas terras, tendo, assim, ali se estabelecido como agregados dos donos desses espólios. Esse núcleo é bem distinto dos outros do vale do Arapuim, uma vez que está localizado numa região onde o córrego São Vicente, com fluxo intermitente, seca todos os anos. Em vista disso, os moradores possuem cisternas para captação de água da chuva (Programa “Um milhão de cisternas”, da ASA – Articulação do Semi-Árido). As cisternas – reservatórios com capacidade de 20.000 litros, construídos sob a forma de mutirão – captam a água da chuva, através de calhas nos telhados, usada para cozinhar e beber.

As terras mais afastadas do vale do Arapuim não foram incluídas na “Divisão de 1930”. Essas “terras de ausência” passaram então, na década de 1960, a ser ocupadas pelas famílias herdeiras dos antigos espólios expropriados de Inácio Cordeiro Barbosa (Furado Seco), Anastácio Fernandes de Sousa (Arapuim e Lagoa da Onça), Santo Ferreira da Rocha (Caxambu), Levino Pinheiro de Abreu (Lagoa Calumbi e Conrado) e Tertuliano Pereira de Aquino (Buraco de Pedra). Dos antigos herdeiros, 31 distribuem-se em Furado Modesto – ao redor do furado que leva o mesmo nome, no município de Varzelândia – e 13 estão no Sebo – ao redor do Furado das Éguas, que já pertence ao município de Verdelandia. As primeiras terras ocupadas ao redor do Furado Modesto e do Furado das Éguas tiveram de ser desocupadas, frente à pressão dos fazendeiros que ali também chegavam. Dentre essas pressões, uma contou com a aliança direta entre fazendeiro e Estado: ao descobrir focos de barbeiro nas moradias feitas de estuque na localidade do Sebo, a SUCAM afirmou ser necessária sua retirada dali; o fazendeiro que se apropriara dessas terras consideradas “devolutas” doou, então, uma porção de terra para a SUCAM construir as novas casas de alvenaria numa vila de aspecto urbano, próxima ao Furado Modesto. Esse fato constituiu a terceira expropriação vivenciada pela comunidade.

Onde se passam os “causos”: vivência e saberes do sertanejo

– O sapo canta... E o peixe canta também?

Seu Adelino – Canta! Os peixo, aqueles fio, aqueles pexinho pequeno, óia, tím tím tím tím tím tím tím tím tím; aquelas cumatá, có có có có có có có có; aquelas piranha, óh óh óh óh óh óh... [risos].
Aí é quando eles trata desová, né? Aí o povo: “é, vai, o peixe tá desovando”, “é chuva”, **é ciência do povo antigo**, esse povo, né?

(Seu Adelino Pereira de Aquino, 60 anos, morador de Cabaceiros; 20/04/04, grifo nosso)

Brejo dos Crioulos localiza-se no vale médio do rio Arapuim, num trecho da Depressão Interplanáltica São-Franciscana. Nessa região, a Depressão São-Franciscana encon-

tra-se assentada sobre as rochas do Grupo Bambuí (Paleozóico), e, por essa razão, o relevo da região é também denominado cárstico coberto, tendo a decomposição dessas rochas dado origem a solos argilosos e de grande potencial agrícola.

O relevo cárstico (ou calcário) apresenta como característica a presença de depressões, sumidouros, dolinas (“furados”) e ressurgências, verificados nos interflúvios que separam os afluentes do rio Verde Grande. Assim, através dessas formas cársticas, um grande volume de água superficial é infiltrado para o subsolo, provocando ora a ausência de escoamento superficial, ora sua parcialidade. Esse é o caso do córrego São Vicente, intermitente, que delimita uma parte do território de Brejo dos Crioulos, ao norte, localizada no núcleo denominado Serra d’Água. Os moradores afirmam ainda que, no final dos terrenos de Serra d’Água, o córrego termina num paredão ou lajedo, mergulhando por baixo da terra através de um “sumidouro”, que o leva até o rio Verde Grande.

Já o rio Arapuim, afluente da margem esquerda do rio Verde Grande, é um curso d’água perene, com expressiva quantidade de lagoas e furados. Nessa região de transição entre a caatinga e o cerrado, com chuvas concentradas e períodos pronunciados de estiagem, é grande a importância atribuída a seus brejos e vazantes, que representam as melhores terras utilizadas para a agricultura.

A presença da água é fator fundamental para a constituição de agrupamentos camponeses, refletindo-se em todas as formas de produzir e organizar a vida. Assim, o período das águas é minuciosamente observado e esperado pela comunidade, pois abre o tempo da agricultura e é anunciado pelas “cheias” ou “enchentes”. As práticas agrícolas acompanham diretamente o ritmo das águas, assim como a pecuária se baseia na localização das águas, seja por meio do rio, seja pelos furados ou lagoas. Seu Adelino Pereira de Aquino, de 60 anos, revela apurado saber que identifica mudanças climáticas e hídricas através do comportamento de animais e do local onde se dão as trovoadas:

– Aí as águas vêm da parte alta...

Seu Adelino – Da parte alta, caindo por dentro do brejo, que nós trata aqui brejo, cai dentro das lagoa, cai dentro do córrego, e aí vai juntando, a água, né? Quando é a lagoa, a água junta ali, né? E pára. E quando é no córrego, ela corre pra baixo, vai descendo, né? Então nós trata esse lado aqui “alto”: “a água vem do alto”, dali, “vem do alto”; se vem de acolá, nós: “a água vem das cabeceira”. Trovejô acolá, nas cabeceira, vem enchente. Nós trata “é enchente, a enchente vai descê no córrego”, ocê entendeu? O costume antigo aqui, que eu nasci e conheci aqui, vai descendo no córrego. Aí vem o sapo, cantando de baixo pra cima, né? Vai cantando e vai descendo: “ó, vem enchente, a água, a chuva chuvô, vem enchente, que o sapo tá cantando”. E vai descendo, acompanhando, chega o sapo e apodera na lagoa, onde é a bacia da água. E ali eles fica cantando, daquele jeito deles, sabe? Cê tá entendendo? Fica cantando lá, aí o povo lá... Quando é amanhã as lagoa amanhece cheia, naquele costume antigo, que é aqueles peixo, que canta...

(Seu Adelino Pereira de Aquino, 60 anos, morador de Cabaceiros; 20/04/04)

Embora o saber tradicional resulte de vivências outras que não as do saber acadêmico, pode-se estabelecer entre eles uma relação de complementaridade. Nas formas de manejo dos recursos naturais efetivadas em Brejo dos Crioulos, fica clara a importância das

leituras que a comunidade faz do ambiente. Esse saber resulta de um movimento de relações empíricas e cotidianas com o meio onde a comunidade está inserida e na construção de seu modo de vida. A leitura do espaço ecológico feita pela comunidade camponesa que ali vive remete-nos aos usos por ela praticados e que estão diretamente relacionados à reprodução da sua vida material e simbólica, como nos afirma Antônio Carlos Diegues (1998, p. 85):

Um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

No contexto ecológico local, os *brejos* constituem a garantia de água para a produção de alimentos da comunidade. Neles está situada a “primeira terra”, a melhor para a agricultura, por ser a mais barrenta e localizada na beira dos rios e das lagoas. Em Brejo dos Crioulos, o brejo molhado é utilizado para o cultivo do arroz.

Aliadas aos brejos estão as *vazantes*, planícies de inundação dos cursos d’água. Com a descida das águas, essas porções de terra passam a constituir terrenos férteis e úmidos, prontos para o plantio da maior parte dos alimentos produzidos, conforme nos conta Seu Aristides Cardoso de Oliveira:

– E onde vocês plantam essas coisas todas? Há algum terreno em que plantam sempre, perto das lagoas? É na vazante?

Seu Aristides – É nas vazante. Que nem mesmo essas roça que eu tava plantando esse ano, que nós plantamo: foi aqui nessas vazante daqui, da estrada pra baixo, até a beira do rio. Aí, quando é na época dos plantio da seca, a gente procura mais as vazante de lagoa, que tem lagoa; que nem inclusive aonde é que eu travaio, que tem um plantio que tem lá, nós plantamo da seca, que tem a lagoa. É na lagoa. Aí ela vai secando, a gente vai gradeando e plantando. Aí, aproveitando o moiado daquela água da chuva, daquela época que a lagoa enche, aí a gente vem, a lagoa vai secando, a gente vai cultivando a terra e plantando.

(Seu Aristides Cardoso de Oliveira, 59 anos, morador de Caxambu 1; 18/04/04)

Adjacentes às vazantes, no sentido dos divisores de água, encontram-se as *terras de cultura*, consideradas como “segunda terra”, de fertilidade média, onde se planta a lavoura branca de milho, feijão, feijoa, abóbora e mandioca. Eram cobertas por Floresta Estacional, que secava em agosto e voltava a brotar em setembro-outubro, antes das chuvas. Quando ficam muito tempo sem ser usadas para o plantio, essas terras formam capoeira e até catanduba, que era “mata grande, reservada, não desmatada, mato grosso”. A derrubada da catanduba dá lugar às terras de cultura.

Após as terras de cultura, está o *carrasco*, considerado como “terceira terra”, que via de regra acompanha a “água vertente” ou divisor de águas. Seu solo é arenoso, propenso à formação de “murundus” de cupim, e não “guarda a chuva”: em poucos dias, a terra

seca. Não é favorável aos cultivos agrícolas, sendo usado preferencialmente como “solta nativa”, com pasto formado pelo capim nativo taquari. A “solta nativa” era território de uso comum, sem cercas, utilizado largamente por várias comunidades locais, onde o gado de todos tinha seu pasto.

Margeando o vale do Arapuim, alguns terrenos de maior altitude, formados por “pedreiras” e cobertos de mata, são conhecidos como *serra*. Dali mina água na época das cheias, quando há subida do lençol freático. Os lajedos de pedra existentes são ambientes de procriação dos peixes, durante a piracema no rio Arapuim.

A importância do rio Arapuim para a comunidade explicita-se na paisagem. O intenso uso agrícola acabou por produzir a alteração do leito do Arapuim em dois trechos. Um deles está situado entre o núcleo Arapuim e o Cabaceiros. Segundo os moradores, isso ocorreu devido à abertura de “reguinhos” para drenar áreas bastante encharcadas pelas águas da cheia e, assim, poder plantar nelas, numa época em que chovia mais. Com o tempo, essa prática fez com que o curso principal do rio passasse a circular por esses canais de drenagem e ali construísse seu leito principal, formando o chamado “rio Novo”. Entre o rio Arapuim – “rio Velho” – e o “rio Novo”, formou-se uma área de planície com cerca de 500 metros de largura e que só inunda na época das cheias, sendo utilizada nos outros períodos para a agricultura.

O outro trecho alterado pelas práticas agrícolas está situado próximo ao encontro entre o rio Arapuim e o ribeirão Canabrabal ou Assa-Peixe. Nesse caso a alteração no leito do rio não teve por objetivo drenar áreas alagadas mas sim, atender a necessidade de molhar a terra para, depois, plantar nela o arroz. Para tanto construíam-se açudes, ou seja, barramentos provisórios no leito do rio, que produziam a inundação temporária da terra adjacente, conforme explica Seu Gasparino Ferreira dos Santos:

– Isso é um causo; quando eu cheguei por aqui, já tinha essas conversa, mas eu num alcancei isso não, né? Mas eles sempre fala assim... Que eles fazia os açude no rio, pra mó dele represar, pro arroz dar. Conforme aguava o arroz, retornava a derrubar o açude, e aí baixava pra mó de poder colher o arroz. Aí a água ficava no mesmo canal. Isto nós já fizemo muito. Nós já fizemo.

(Seu Gasparino Ferreira dos Santos, 68 anos, morador de Caxambu 2; 18/04/04)

Margeando o rio Arapuim e o ribeirão Assa-Peixe ou Canabrabal, as *lagoas* também constituem corpos d’água de grande importância ao modo de vida local. Algumas surgem no período das águas, com a subida do lençol freático e a inundação das planícies aluviais; outras são alimentadas por minadores que surgem com as cheias.

Ao redor das lagoas está o melhor solo, usado intensivamente para o cultivo agrícola, tanto no brejo molhado (arroz) como na vazante, sendo, por essa razão, ainda hoje o local onde se concentram as famílias da comunidade. As lagoas que se encontram nas terras de uso e posse da comunidade são: Aleixa e Colher de Pau, em Cabaceiros; Criminosa e Calumbi, em Conrado; Furado Seco, no núcleo de mesmo nome; Lagoa do Santo, em Caxambu; e Lagoa da Peroba, em Araruba.

Além dessas, há ainda aquelas situadas nas terras dos fazendeiros que expropriaram parte do território negro. Constituindo fontes de água margeadas por solos férteis, elas

foram cobiçadas e estrategicamente tomadas da comunidade local pelos fazendeiros de gado e grileiros. Seus nomes antigos, quando mantidos, revelam os donos dos antigos espólios da demarcação de 1930 ou os territórios de posse e uso das famílias que ali se estabeleciam, chegadas de outras regiões: Lagoa da Varanda, considerada um dos limites da comunidade, a oeste, e Lagoa da Sinhorinha, no núcleo Arapuim; Lagoa de João, entre os núcleos Arapuim e Cabaceiros; Lagoa da Água Preta, entre os núcleos Cabaceiros e Conrado; a maior área da Lagoa Calumbi, no núcleo Conrado; Lagoa do Miguel; Lagoa do Vicente Cololó, adjacente ao núcleo Furado Seco; Lagoa do Silvério; Lagoa Vargem do Pedro; e Lagoa da Onça, identificada como outro limite da comunidade, no sentido leste.

As lagoas são também o ambiente onde os peixes procriam, por ocasião da piracema no rio Arapuim, como bem nos explica Seu Adelino Pereira de Aquino:

– Porque os peixe aqui é quando a cheia é grande. A enchente que nós fala, época das água boa, a água vai até o rio Verde. O rio Verde represa a água lá, porque ele recebe a água; ele joga a água no São Francisco e joga o peixe pra cima. Aí, chega aí, o peixe vai cair naquela lagoa, primeiro assim aqui na Lagoa da Boa Vista, na lagoa ali, na Lagoa da Onça, depois ele cai é... no Furado Seco; do Furado Seco vai pr'aquela Lagoa Varge do Pedro, igual dos Gonçalo qu'eles fala, dos Gonçalo, Varge do Pedro; depois vem pr'aquela lagoa ali qu'eles fala... Furado Seco, eu falei; vem ali pro Calumbi, ali naquele povo lá na frente, na Lagoa Calumbi, vem na Lagoa da Peroba, vem na Lagoa Criminosa, qu'eles fala que já morreu alguém lá, qu'eles trata Lagoa Criminosa; aí eles vêm pra Lagoa da Peroba, que é lá nos fundo da Igrijinha, desce pra essa Lagoa da Aleixa aqui, que nós falô Lagoa... Genipapo; vem pra Colher de Pau, que é lagoa – se tratava lagoa... agora, o apelido antigo dela, desses antigo, é Lagoa Colher de Pau. Vem jogando, e aí por diante! Chega numa serrinha ali, que fica onde é que nós trabaia, fica numa serra, joga numa lagoinha lá, e daquela lagoa lá entra numas lapa, lapa da serra que nós fala. Num é Lapa de Bom Jesus não, qu'eles fala; é uma lapa, umas grota de serra, que enche de peixe! Por ali, o peixe fica dentro da serra, né? E depois, eles sai, passeando, dentro das lagoa. Tem outra lagoa qu'eles passa, um buracão ali, ali pros parente de Joventino. Ali eles sobe pra uma lagoa depois do Gê, que nós falô aqui. É Lagoa de João Véio, que o povo trata; vai pr'ali, depois vai pra outra lagoa do outro lado ali, do município São João da Ponte, a Lagoa é de Dema. Hoje quem mora lá é o Dema, mas era, de antigamente, Lagoa de Sinhorinha, que é a Lagoa da Sinhorinha. E aí por diante, Lagoa da Varanda...

(Seu Adelino Pereira de Aquino, 60 anos, morador de Cabaceiros; 20/04/04)

Regionalmente, a denominação “furado” aparece com frequência: Furadão, Furado Seco, Furado Modesto, Furado Curreal, Furado Pedrim, Furado Boi. Os furados ou dolinas constituem depressões esculpidas em terrenos calcáreos e alagáveis por ocasião das chuvas. Segundo Francisco Cordeiro Barbosa, o “Ticão”, de 38 anos, o furado não é olho d'água: ele recebe água dos olhos d'água, armazena-a e solta-a para outros furados ou rios. Nessa região sazonalmente sujeita a secas, em alguns locais onde não existiam cursos d'água, os furados eram a garantia e o atrativo para o estabelecimento das famílias.

Alguns deles povoam as antigas e fantásticas histórias contadas pela comunidade. Conta-se que, antigamente, a Lagoa do Furado Seco era um furado e secava todo ano. O

gado vinha beber água ali. Certa vez, chegou um senhor e enterrou um vidro de azeite doce em suas margens, e o furado nunca mais secou, transformando-se em uma lagoa. Nos meses de agosto-setembro, com a diminuição das chuvas, a Lagoa do Furado Seco diminui de tamanho e divide-se em duas partes, o que propicia mais terras de vazante para o plantio. É nessa época que, segundo os moradores, também aparecem os testemunhos de uma antiga floresta da região, como cernes de aroeira e pau-preto.

Já os moradores do Furado Modesto, localidade onde não há nenhum rio ou lagoa, contam que, antigamente, a água do furado era utilizada em atividades domésticas, tais como preparo da comida e lavagem de roupas e louças, e para o banho. Nas secas, a água era buscada no Furado Seco e transportada em cabaças, e o gado também para lá era conduzido. Na década de 1960 o furado passou a secar, porque os fazendeiros que então começavam a chegar naquelas “terras de ausência” – com raros proprietários formais – deram início ao gradeamento das terras ao seu redor para formar os pastos. Quando as chuvas chegavam, a enxurrada carregava terra para dentro do furado, que começou a perder sua profundidade.

Essa e outras alterações no meio, que configuram o processo de expropriação sofrido pela comunidade, interferiram diretamente em seu modo de vida tradicional. Ainda assim, a comunidade consegue manter um calendário produtivo diversificado, por meio de práticas e saberes tradicionais.

Calendário produtivo: saberes e território

Segundo Antônio Cândido (1988), a alimentação constitui um recurso vital que revela a dependência do grupo em relação ao meio e suas ações para garantir sua continuidade, bem como a organização social para obtê-la e distribuí-la. Assim, o calendário produtivo de uma comunidade camponesa apresenta-se como

[...] o centro de um dos mais vastos complexos culturais, abrangendo atos, normas, símbolos, representações. A obtenção da comida percorre, do esforço físico ao rito, uma gama vastíssima em que alguns têm querido buscar a gênese de quase todas as instituições sociais (CÂNDIDO, 1988, p. 29).

O calendário produtivo de Brejo dos Crioulos, apresentado a seguir, revela o profundo conhecimento da comunidade em relação ao ambiente onde vive e uma ótima adaptação a sua dinâmica biofísica. A chegada das águas e a vazante são os marcos temporal e espacial para essas atividades produtivas, definindo os melhores tempo e local para o plantio, para a colheita e para a pesca, bem como as técnicas que otimizam o uso do recurso. O processo produtivo dá-se pela apropriação desse espaço, por meio de saberes que ali se desenvolvem. Nesse sentido, a produção da vida acontece no *território dos saberes*.

A agricultura distribui-se pelo período da chegada das águas e da vazante. Grande parte dos cultivos aguarda a chegada das águas para ser realizada. Os diversos tipos de arroz são *cultivos das águas*, feitos preferencialmente no brejo molhado. O milho, a abóbora e a mandioca são plantados na época das águas, porém em terras não alagadas, nas terras de cultura. Os feijões são cultivados, preferencialmente, na vazante. Uma característica típica desses cultivos é o consórcio entre o milho, a mandioca e o feijão: o milho

e a mandioca são cultivados num primeiro momento; os feijões vêm depois, quando o milho, já seco, serve de apoio para o feijão subir e, assim, produzir melhor. Em troca, o feijão, enquanto leguminosa, fixa nitrogênio no solo. Assim, potencializa-se o uso de terra numa mesma área.

Em relação à pecuária, o gado tem de ser transferido aos mangueiros no período de estiagem, uma vez que o carrasco fica bastante árido. Quando criado no pasto, é preciso realizar o rodízio do rebanho, a cada seis meses, entre os locais de pastagem. Conta-se que antigamente, depois de se tirar o leite pela manhã, o gado era colocado na “solta nativa”, deixando-se os bezerros no mangueiro, na área de roça ou próximos ao quintal; à noite, o gado ficava no curral. O leite era utilizado no fabrico de queijo e requeijão.

– O gado ia pra lá... pros furado, que o povo trata hoje Furado Modesto, né? E aí por diante, os furado assim, que tratava os furado aí de cima, né? Então, o gado era à solta, e eles prendia os bezerrinho no curral. Quando era ali pras 7, 8 hora, as vaca que atrasava chegava ali pras 8, 9 hora, berrando lá do carrasco, e os bezirrinho ia respondendo. Aí eles chegava com a cabaça de leite – que num tinha lata aquela época, tratava ali, que e o povo trata de cabaça, né? –, abria a boca e ia com o copão de leite. Aí tirava, encostava restelando no canto, ia qualhá; às vezes eles fazia requeijão, algumas vezes eles fazia doce...

(Seu Adelino Pereira de Aquino, 60 anos, morador de Cabaceiros; 20/04/04)

Quanto à pesca, a ocorrência da desova é sinal de chuva e de cheia. As lagoas enchem uma a uma e recebem a piracema, e os peixes procriam. Na vazante, durante os meses de julho, agosto e setembro, a pesca intensifica-se. Se, por um lado, a pesca espera as águas, por outro lado a própria subida do peixe para a desova é sinal das águas, como relata Seu Adelino Pereira de Aquino:

Seu Adelino – “Tá desovando, peguei um peixe”. E como é que é, esse menino? Esse peixe como é que tá? “É, o peixe tá desovando”. É enchente, já vai chovê, vai tê enchente, porque, se tá desovando, as água é boa. Tá entendendo? É o que eles fala, né?

– Em que época eles desovam? É na época das águas, no final do ano?

Seu Adelino – Época de enchente é quando começa. É janeiro, dezembro, assim por diante, né? E agora eles pega, cê sabe como é que é... A gente pega de tarrafa, outros faz uma tapage: pega um, vai no mato cortá umas vara, faz o jequi, assim... Alguém mostrô pr’ocês, não? Então sai, ó, pega o peixe, enfia a mão dentro, igual aqui assim, e vai rodando o peixe, pega. É... uns enfia no enfiço; tem mulher aí que pega o peixe, enrola aqui assim, pra mó de... né?

– Em que época se pega mais peixe aqui, então?

Seu Adelino – Na época da enchente eles pega; eles faz uma tapage, né? E outra, na seca, quando a água encurta nas lagoa, eles pega, pega de tarrafa.

(Seu Adelino Pereira de Aquino, 60 anos, morador de Cabaceiros; 20/04/04)

Entre os produtos das atividades extrativistas estão os medicamentos derivados de ervas medicinais e gorduras e banhas de alguns animais de caça, que são usados para a

cura de doenças como bronquite. Alguns moradores afirmam que curavam todas as suas doenças com esses remédios, inclusive a maleita, e se queixam de que nos tempos de hoje os remédios do mato – remédios da natureza – acabaram ou não fazem mais efeito, revelando o desequilíbrio decorrente da derrubada das florestas e da chegada de novos agentes patogênicos trazidos pelos implantadores do modelo de desenvolvimento econômico. Esse desequilíbrio também se reflete na baixa oferta de madeira, outrora extraída e utilizada na construção de moradias, utensílios e estruturas produtivas como as casas de farinha, os currais, os engenhos de rapadura, os pilões e as cercas.

A extração do barro para a construção de moradias e fabricação de telhas e potes obedece à demarcação das estações das águas e da estiagem. Inicialmente, a construção de moradias era feita de estuque, com uma estrutura de esteios de madeira onde é preso o envarinhamento de galhos finos trançados, amarrados com cipó e preenchidos com o barro. Nas casas de adobe, também com esteios de madeira, os tijolos são feitos de barro cru em formas de madeira e colados igualmente com barro.

Para a fabricação de telhas e potes, utilizava-se um barro mais fino e macio, obtido ao redor das lagoas. Sua retirada era feita nos meses de julho e agosto, quando do ápice do período de estiagem, antes das primeiras chuvas. O uso do barro é orientado pelo *saber* que indica a época certa de extraí-lo: panelas e potes feitos com barro retirado depois da primeira água quebram ao serem colocados no fogo. Assim, é necessário “deixar o barro morrer” – isto é, secar – para poder utilizá-lo, conforme relata Seu Aristides Cardoso de Oliveira:

Seu Aristides – Pegava barro da lagoa...

– É um barro mais fino?

Seu Aristides — Mais fino, é um barro muito macio. [...] Aí, quando eu fui rancar o barro pra ela, ela fez. Só que essa época que ela fez, quando ela foi rancar o barro, já tinha chovido, que o barro brota, né? Aqui ainda tem isso, tem essa ciência.

– Como é que o barro brota?

Seu Aristides – Porque, depois da chuva, o barro parece que renova. Aí eles fala “brotá”, né? Que depois que chove o barro brota. Ocê faz a panela, fazia o pote e a panela, cê punha no fogo, ele estourava. Quebrava tudo, num salvava um!

– Desse barro novo...

Seu Aristides – Sim, desse barro novo. Agora, se rancasse o barro antes da chuva, ali pro mês de agosto, setembro... Rancava o barro pra deixar morrê, pro barro secá e ficá bem sequinho. Aí, depois daquele barro todo sequinho, voltava. Aí ela ia pro moinho, moía aquele barro no pilão, compunha esse material [...].

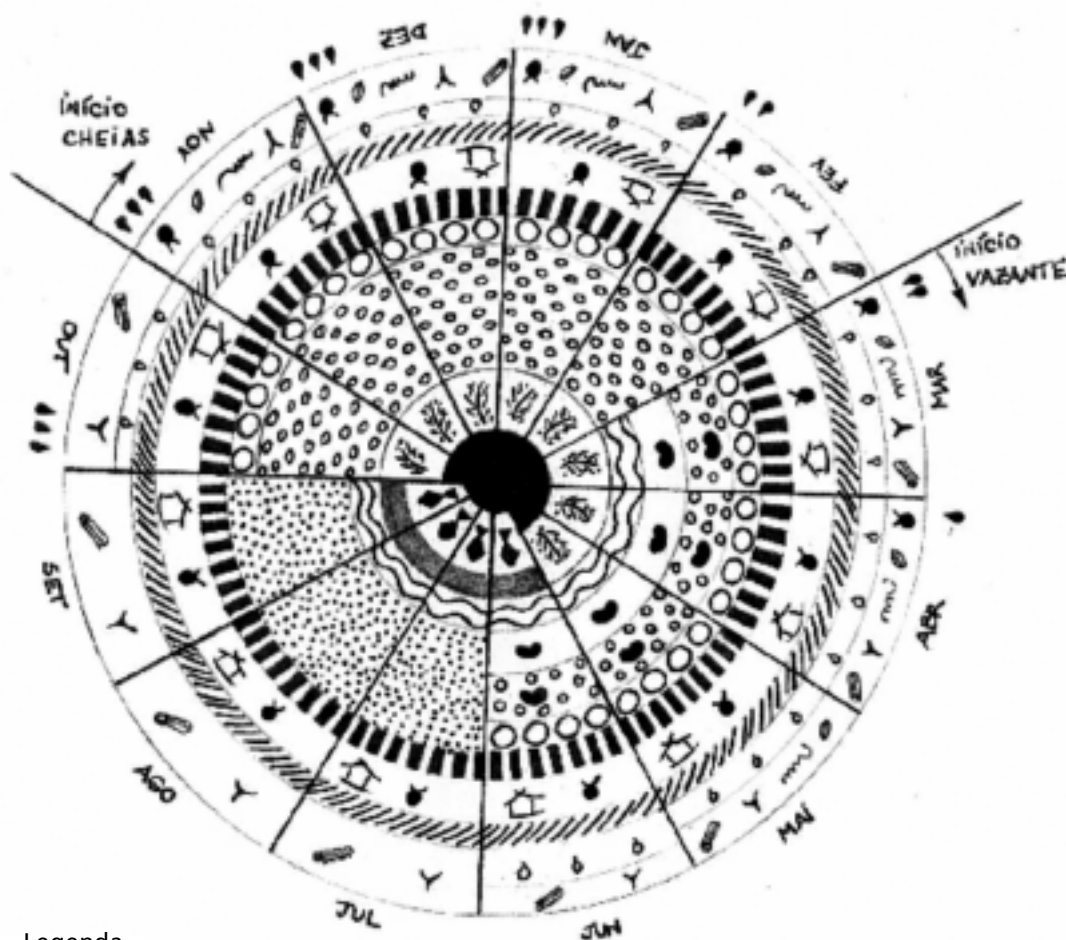
(Seu Aristides Cardoso de Oliveira, 59 anos, morador de Caxambu 1; 18/04/04)

As atividades artesanais e agroindustriais caseiras seguem o tempo das demais atividades produtivas. Assim, temos a produção de corante a partir do urucum; da mandioca

Tabela 1 Atividades produtivas de Brejo dos Crioulos

Produto	Plantio	Local	Manejo	Colheita
Feijão arranque	Fevereiro-março	Vazante	Fogo e grade	Abril (60 dias)
Feijão catador	Fevereiro	Vazante	Plantio espalhado	Maio (80 dias)
				Abril (40 ou 50 dias)
Feijoa	Novembro		Cova do milho	Abril (3 meses)
				Junho (6 meses)
Milho de paiol	Outubro-novembro	Terra de cultura – nas águas		Junho (110 dias)
Milho de secretaria	Outubro-novembro	Terra de cultura – nas águas		70-80 dias (verde)
				Junho (seco)
Abóbora	Outubro-novembro	Terra de cultura – nas águas		Fevereiro
Melancia	Outubro-novembro	Terra de cultura – nas águas		Janeiro
Amendoim	Outubro-novembro	Terra de cultura – nas águas		90 dias
Arroz gigante	Outubro	Brejo molhado – nas águas		4 meses
				6 meses
Arroz gigantão	Outubro	Brejo molhado e mais seco		4 meses
Mandioca	Outubro a fevereiro	Terra de cultura e carrasco – nas águas		2 anos
Cana	Outubro-novembro			6 meses
Banana	Outubro-novembro			8 meses
Batata-doce	Outubro-novembro			6 meses
Horta	Fevereiro-junho	Beira do ribeirão e lagoas		
Pomar		Terra de cultura		
Produto		Local	Manejo	
Gado		Pasto e “solta nativa” (águas)	Rodízio a cada 6 meses	
Galinha e porco		Quintal	Folhas, cascas e milho seco	
Produto	Desova	Local	Manejo	Pesca
Pesca	Dezembro-janeiro	Lagoas	Jequi na cheia; tarrafa na seca	Junho-julho-agosto
Produto	Plantio	Local	Manejo	Colheita
Barro	Julho-setembro	Beira das lagoas	Barro seco “morto” e moído	Telhas, potes, tijolos e moradias

Gráfico 1 Calendário produtivo de Brejo dos Crioulos



Legenda

- | | |
|--|--|
|  Chuvas |  Gado |
|  Rio e lagoas |  Pesca |
|  Arroz |  Barro |
|  Feijão |  Mel |
|  Milho |  Ervas medicinais |
|  Milho estocado |  Cipó |
|  Mandioca |  Madeira |
|  Abóbora, batata e cana |  Caça |
|  Horta |  Moradia |
|  Pomar | |

Esta representação do calendário produtivo de Brejo dos Crioulos procura distribuir suas diversas atividades produtivas ao longo do tempo e do espaço. Assim, temos o tempo distribuído em 12 meses e conforme a presença da água: a cheia e vazante. Quanto ao espaço, no centro do círculo temos os vales de rios e lagoas, associados aos brejos; caminhando para fora, passamos pelas terras de cultura e divisores de água, onde se encontra o carrasco.

para a produção de farinha; do milho para a produção de canjiquinha e fubá; da cana-de-açúcar para a produção de rapadura; de palhas para a produção de cestos e peneiras; da cinza do fogão para a produção de sabão de coada e limpeza dos dentes.

Algumas atividades típicas dos habitantes de Brejo dos Crioulos, como a produção das próprias roupas, não existem mais. O algodão era utilizado na produção de tecidos e fios de costura. As roupas tecidas eram tingidas nas cores vermelha (barro vermelho), preta (lama do rio) e azul (anileiro). O cessar dessas atividades produtivas está diretamente relacionado com o processo de expropriação da terra e demais recursos.

Pela reapropriação do território dos saberes quilombolas

O meio fundamental para a reprodução da vida em Brejo dos Crioulos era a terra de trabalho das famílias, em grande parte utilizada de forma comum. As cercas eram, até então, instaladas apenas nas mangas e currais de gado, nos chiqueiros de porco e em algumas roças do brejo que precisavam ser protegidas dos animais. Eram de “forquilha” de cipó e madeira branca, não de arame. A nova lógica do cercamento das propriedades privadas, demarcando terras e águas, furados e vazantes, e antigos cemitérios, passou a proibir o uso dos recursos e a celebração dos ritos, base daquele *modo de vida*.

Antes de formar os pastos, os novos proprietários passaram pelas florestas. A derrubada das matas foi constante, enquanto as madeiras de lei eram transformadas em carvão vegetal para as siderurgias, tornando a aquisição da terra ainda mais lucrativa. A derrubada das florestas e do “carrasco” significou a perda de biodiversidade e a escassez de reservas de madeira, lenha, remédios e caça para a comunidade. A perda do “carrasco” também trouxe a perda da “solta nativa”, porção do território utilizada para a pastagem do gado à solta. Assim, grande parte do alimento que era plantado ou criado e demais recursos que eram extraídos daquele ambiente passaram a ser adquiridos através da compra.

Para a formação dos pastos, não só a vegetação arbórea foi retirada, mas também grande parte da vegetação ciliar que protegia as lagoas, os furados e os minadores d’água que alimentam as lagoas na época das cheias. A retirada dessa vegetação de proteção dos cursos d’água implica em impactos na sua manutenção, no fornecimento de alimentos à fauna, no sombreamento e na proteção contra a seca, a erosão e o assoreamento, como bem relata Seu Adelino Pereira de Aquino, ao se referir aos “córregos de vestido”:

– Essas lagoas, com lama, sempre foram assim, Seu Adelino? Sempre existiram lagoas assim, mais lamacentas?

Seu Adelino – É, alguma delas era lamacenta. Agora, outras, é porque esses dono de máquina, de trator, eles chega num lugar desses, que o pessoal fala, um lugar desses, lombado, eles chega, mete o trator aqui, depois do trator, mete a gradeadeira pra cozinhar aquele barro. Aí, naquela terra, fica aquela pomadinha, e, quando São Pedro manda chuva, aqui no nosso chão só desce aquele barro que vai tudo pra lagoa ou pro córrego. Qual é a tendência? Aterrar as lagoa e aterrar o córrego. Como está aí. Outra coisa: quando eu conheci – que eu nasci aqui e hoje eu tô com 60 ano, né? –, esses córrego era tudo de vestido. De vestido, que eu digo, é assim, de árvore; árvore que eu tô

dizendo é assim, nós trata “mãe dos pau”, que tem aí dentro, né? Inclusive as lagoa, era tudo vestido de mato. Nós, pra ir nelas, nós já tinha as carreira estriada pra ir nas lagoa. Que que eles fez? Eles cortou esses pau!

(Seu Adelino Pereira de Aquino, 60 anos, morador de Cabaceiros; 20/04/04)

O intenso processo de desmatamento, acentuado a partir da década de 1970, ocorreu não apenas na região da caatinga mas também no cerrado, sob a forma de chapadões. A cabeceira do rio Arapuim encontra-se na região de cerrado entre São João da Ponte e Varzelândia, atualmente ocupada por pastagens e monocultura de eucalipto para a produção de carvão. O manejo efetivado por essas duas atividades econômicas produziu uma perda hídrica generalizada nos cerrados, interferindo no volume de várias bacias hidrográficas da região, como a do Arapuim.

O capim braquiária, usado preferencialmente pelos fazendeiros para a formação de largas pastagens por ser o mais resistente à seca, produz muitas raízes e inviabiliza o cultivo de quaisquer outras plantas. O uso de inseticidas e herbicidas com o objetivo de destruir insetos ou outras plantas que possam prejudicar o desenvolvimento do capim atinge os cursos d’água e as terras de cultura.

A barragem no rio Arapuim, na altura do núcleo Caxambu, construída sob a argumentação da irrigação, interceptou o processo de piracema dos peixes que para ali subiam, vindos do Verde Grande na época das cheias, e que representavam garantia de alimento farto para a comunidade a partir da descida das águas, quando nas lagoas ficavam e se reproduziam. A barragem provocou também a inundação de terras antes utilizadas para plantios da comunidade, assim como a da estrada que liga Caxambu a Araruba, inviabilizando a travessia naquele trecho quando o Arapuim está cheio. Seu Aristides Cardoso de Oliveira lamenta não poder mais cultivar arroz, devido à construção da barragem:

– E arroz, vocês plantam aqui?

Seu Aristides – Aqui, não. Não plantamo mais, que as água rateou muito. Num dá mais pra plantar arroz. Alagou aí...

– Por que a água “rateou”?

Seu Aristides – Por causa que o riozinho aprofundou muito... Aprofundou, e, onde vem as enchente, que nem inclusive lá da barragem ali, quando vem as enchente, ela pega, ela recua lá pra trás, toma conta daquela lagoa do fundo da casa do meu irmão, lá. Ali fica um tempo. E o arroz num pode pegar água pra água esquentar. Que a água na lagoa, que nem ela tava ali, ela escoando sozinha ali, ela esquenta, e o arroz num produz, num floresce não. Que ele faz é morrer, né? Aí nós num planta, já tem vários tempo que nós num planta mais arroz aqui.

(Seu Aristides Cardoso de Oliveira, 59 anos, morador de Caxambu 1; 18/04/04)

A situação de escassez vivida atualmente pela comunidade transforma seus moradores em reserva de mão-de-obra barata, à mercê de atividades econômicas situadas em loca-

lidades externas. No período de descida das águas, iniciam-se as migrações em busca de trabalho, seja na produção de carvão para siderúrgicas, seja na produção de banana no vale do rio Verde, seja na colheita do café no sul do estado.

A safra do café chega a deslocar 11.000 pessoas do norte do estado. Em Brejo dos Crioulos, os trabalhadores começam a se deslocar no período da estiagem, quando a roça já foi cultivada. Costumam ir trabalhar na colheita do café várias vezes, até conseguirem acumular algum dinheiro. Segundo informações de um jovem de Brejo dos Crioulos que trabalha no café, ao chegar à fazenda o empregado tem de comprar as suas coisas, como fogão, colchão, gás. Essas despesas são descontadas no primeiro pagamento, deste restando pouco ao trabalhador. As condições de trabalho não são boas, e quem fica devendo algum dinheiro tem de pagar a dívida para poder sair da fazenda de café, o que revela um tipo de escravidão por dívida.

Quanto ao carvão, conta-se que a siderúrgica Gerdau empregava cerca de 200 pessoas em seus plantios de eucalipto na região de Curvelo e Três Marias, sendo a maioria delas de Brejo dos Crioulos. Há 10 anos, quando a comunidade passou a lidar também com a colheita do café, os trabalhadores têm alternado dois anos no plantio de eucalipto com um ano na colheita do café. Localmente, a produção de carvão oriundo das poucas matas nativas que restam vem se concretizando como uma outra alternativa de sobrevivência para alguns moradores, cujo trabalho permanece explorado pelos atravessadores da mercadoria até as siderúrgicas.

– Você trabalha com carvão, não é? Faz tempo?

Roberto – É assim: um período trabalha fazendo carvão, depois trabalha fazendo forno pro próprio carvão, né? Um período tirando lenha... É assim, né? Num tem um serviço constante. Também tem serviço provisório, né? Mas os mais serviço que aparece por aqui é esse tipo de serviço, serviço de carvão, que não tem outro, né?

– E vocês fazem carvão para fora, para uma firma? Para quem vocês produzem o carvão?

Roberto – É, entrega pra siderúrgica, pra fora, né?

– Vocês entregam o carvão produzido aqui diretamente para a siderúrgica?

Roberto – É, a gente vende pro caminhoneiro, e o caminhoneiro vende pra siderúrgica.

– E de onde vem o caminhoneiro?

Roberto – Vem de... muitas vezes vem de Montes Claros, vem de Sete Lagoas... desses lugares, né?

– E por quanto vocês vendem o metro do carvão?

Roberto – Ah, agora tá valendo uns 50 reais o metro.

– Eles lhe pagam 50 reais pelo metro...

Roberto – É. Bruto, né? É tudo por conta sua: o carroto, o que você gastar, você tem que tirar tudo disso mesmo. [...]

– E aí o caminhoneiro vem e pega o carvão aqui, na mão de vocês?

Roberto – É.

– Por quanto ele vende o carvão lá? Você tem idéia?

Roberto – Eu acredito... Eles não falam o preço certo não, mas acredito que é... 50%. 50% a mais eles vendem lá. Por exemplo, se eles foram pagar 50 aqui na roça, eles vai e vende lá por 100, cento e pouco... Eu acredito que o caminhão ganha mais que quem faz o próprio carvão.

(Roberto Rodrigues de Castro, 43 anos, morador de Araruba; 19/04/04)

A busca por outras atividades com o intuito de garantir a própria subsistência vem cerceando a autonomia camponesa de Brejo dos Crioulos, traduzida na perda da liberdade em definir o tempo e o valor do próprio trabalho. Não tendo mais o controle dos meios de produção necessários à reprodução da própria existência, esse campesinato negro inicia uma relação de dependência para com o capital, ao vender sua força de trabalho e não mais controlar o processo produtivo.

A expropriação passa a limitar a transmissão dos saberes seculares, nascidos da interação dessa sociedade com o meio onde vive. Produzir a visibilidade desses saberes é buscar trazer à memória os sentidos de um tempo em que se vivia sem medo, em que a lógica do comum organizava as relações sociais e em que se liam os compassos da natureza para garantir a presença do alimento e da moradia. Reviver os saberes é reviver o território. Trazer à tona o *território dos saberes* de Brejo dos Crioulos vem reafirmar seu território de direito enquanto “comunidade remanescente de quilombos”.

artigo recebido **abril/2006**
artigo aprovado **julho/2006**

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: posse comunal e conflito. *Humanidades*, Brasília, n. 15, p. 42-49, 1987.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 8. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- COSTA, João Batista de A. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se “neguecia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 87, p. 11-73, 1990.